

UTOPIA DIVIDIDA – A CRISE DO PCB (1979-1985)

Fabricio Pereira¹

Esse trabalho aborda a trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao longo da abertura e redemocratização do país (1979-1985). Nele, apresento sucintamente alguns resultados da minha dissertação de Mestrado defendida recentemente², na qual analiso a crise e extinção do partido. No período entre 1979 e 1985, o PCB perdeu definitivamente seu papel hegemônico e referencial no campo das esquerdas para uma nova agremiação (o Partido dos Trabalhadores – PT, fundado em 1980) e assistiu à erosão de suas bases sindicais. Nas páginas seguintes, serão comentados os principais movimentos do partido nesse período, e sistematizados os fatores que em minha avaliação mais contribuíram para a sua crise.

O período escolhido começa com a extinção do Ato Institucional n.º 5 e a decretação da Anistia – o que abriu novos espaços para a atuação do PCB e permitiu a volta dos dirigentes pecebistas exilados na Europa. No entanto, deve-se recordar que os pecebistas eram obrigados ainda a conviver com a ilegalidade e a repressão (ainda que numa intensidade baixa se comparada aos anos anteriores). A partir desse momento se iniciou a atuação pública dos autodenominados “renovadores” – boa parte dos intelectuais de renome do partido, que exigiam a democratização das instâncias partidárias e o “arejamento” do ideário comunista pela concepção da “democracia como valor universal”³. Também dos chamados “prestistas”, agrupados em torno de Luiz Carlos Prestes, que pugnavam pelo “resgate do caráter revolucionário” pecebista e por uma postura de enfrentamento aberto em relação à ditadura.

Travou-se então uma das disputas internas mais difíceis da história do partido, que foi “resolvida” (se é que o termo pode ser empregado) da maneira até então tradicional entre os pecebistas. Afastadas ou isoladas as dissidências, o PCB manteve sem maiores modificações até os momentos decisivos da redemocratização sua linha política já consagrada nos anos anteriores: superação processual e pacífica da ditadura através da formação de uma ampla frente democrática intraclassista e atuação nos espaços legais oferecidos pelo regime. A virada dos anos 1970 para os 1980, e os primeiros anos desta década, indicavam que a política proposta pelo PCB rendia frutos. A Abertura seguia adiante, apesar de alguns percalços. A luta contra a ditadura avançava da forma que os pecebistas propunham. Eles não conseguiam, porém, traduzir aquele momento favorável à sua política em fortalecimento orgânico e influência social. Pelo contrário: perdiam progressivamente seu espaço entre os setores progressistas organizados da sociedade e no próprio campo das esquerdas.

A esse respeito, é necessário comentar mais detidamente o surgimento no período de “setores modernos” do sindicalismo, responsáveis pela retomada do movimento sindical progressista nos últimos anos da década de 1970. Os atores dessas lutas eram trabalhadores organizados dos setores de ponta do capitalismo brasileiro, concentrados em grande parte na Região do ABC paulista. Esses novos setores (que vieram a ser conhecidos como o “novo sindicalismo”, ou “combativos”) sustentaram a fundação de um partido dos trabalhadores (o PT), obtendo o apoio de setores da intelectualidade progressista e da “esquerda revolucionária” (trotskistas, comunistas revolucionários e herdeiros da “esquerda armada” dos anos 1960), extremamente críticos ao PCB. O PT logo se definiu como uma alternativa “à esquerda” dos pecebistas, assumindo um papel oposicionista mais radical, avesso ao diálogo e ao aproveitamento das “brechas” oferecidas pelo regime – criticando o “reformismo” da linha pecebista.

No meio sindical, as diferenças também se acentuaram. Desde as greves do final dos anos 1970, o PCB criticava o pretense “radicalismo” e “voluntarismo” do “novo sindicalismo”, enquanto este associava os pecebistas ao sindicalismo pré-1964, para eles “pelego” e “reformista”. Tais posições acabaram levando os setores sindicais dos dois partidos a caminhos opostos, contribuindo para a formação de duas centrais sindicais: os petistas apoiaram decisivamente a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, enquanto os pecebistas, por razões táticas, escolheram permanecer atrelados a setores conservadores do movimento sindical e participar da fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986. Aos pecebistas (que além de tudo fincavam raízes em setores mais “antigos” ou “tradicionais” da classe operária brasileira) pareceu mais seguro disputar espaço com os conservadores e fazer valer suas posições, *hegemonizando* a CGT. A alternativa a isso seria conviver com os setores mais “combativos”, que controlavam a CUT e possuíam, em relação ao PCB, a vantagem de um discurso igualmente progressista, mas calcado numa inserção já consolidada nos setores sindicais sobre os quais a CUT tinha ascendência. De qualquer forma, a ilusão da possibilidade de hegemonia (ou mera sobrevivência) pecebista na CGT levou o partido a atuar por vários anos numa central sindical dividida e progressivamente enfraquecida, enquanto a CUT (hegemonizada pelo PT) atravessou a década de 1980 em constante crescimento⁴.

O PCB seguiu nos primeiros anos da década de 1980 em seu “delicado equilíbrio” entre atuação institucional e luta de massas, entre o enfrentamento ao regime e o temor a um retrocesso na transição democrática. Tal linha de atuação ficou clara nos momentos centrais da redemocratização, entre 1984 e 1985. Nos primeiros meses da campanha pelas *Diretas Já* para presidente (sustentada pela direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, e imediatamente apoiada pelo PT), uma ausência sentida foi a do PCB. O partido sempre havia defendido coerentemente a proposta da

Assembléia Constituinte – e mesmo após aderir à campanha, reafirmaria a centralidade da proposta de Assembléia Constituinte, à qual subordinava a luta por eleições diretas em todos os níveis. Além disso, é razoável supor que, naquele momento, lidando com suas lutas internas e retomando sua campanha pela legalidade, o partido estivesse num momento de certa paralisia decisória e excessivo temor em relação à possibilidade de um retrocesso na transição democrática “motivado” pelas manifestações populares. Qualquer que tenha sido o motivo, o fato é que o PCB tardou a prestar apoio e a participar efetivamente do movimento, engajando-se apenas quando percebeu sua irreversibilidade.

Com a derrota no Congresso Nacional da Emenda Constitucional das eleições diretas em todos os níveis, o partido afirmou não ter preconceito em relação à negociação. Com o crescente deslocamento da “luta” para a “negociação”, a opção mais viável passava a ser apoiar uma candidatura única de oposição no Colégio Eleitoral que se aproximava – o que o PCB fez sem titubear, seguindo sua divisa de “lutar para negociar, negociar para mudar”. Formada a “Aliança Democrática” (sustentada pelo PMDB e por dissidentes do regime reunidos na Frente Liberal), o PCB prestou apoio imediato à candidatura de Tancredo Neves e José Sarney, vitoriosa na votação indireta. Com o dramático adoecimento e falecimento de Tancredo, o partido seguiu apoiando o novo governo democrático (encabeçado por Sarney, que poucos meses antes era presidente do partido governista, o Partido Democrático Social – PDS) em seus primeiros anos, passando para a oposição apenas em 1988.

O que a maioria dos pecebistas não compreenderam em toda a sua extensão naquele momento foi a dimensão conservadora da transição brasileira. Pode-se recorrer aqui a Carlos Nelson Coutinho, que apontou a redemocratização brasileira como uma “transição fraca”. Havia um “risco contido nessa forma de transição relativamente ‘negociada’”. Nela se verifica sempre (...) a combinação de processos ‘pelo alto’ e de processos provenientes ‘de baixo’; e, decerto, é o predomínio de uns ou de outros o que

determina o resultado final”⁵. Como naquela transição democrática predominaram as forças do “alto”, ela terminaria por “reproduzir, ainda que ‘atenuados’ e ‘modernizados’, alguns dos traços mais característicos do tradicional modo ‘prussiano’ e ‘passivo’ de promover as transformações sociais no Brasil. Uma transição desse tipo – que poderíamos chamar de ‘fraca’ – implicava certamente uma ruptura com a ditadura implantada em 1964, mas não com os traços autoritários e excludentes que caracterizam aquele modo tradicional de se fazer política no Brasil”⁶.

No entanto, malgrado o caráter conservador do novo regime, se completaria o longo processo de redemocratização, com o qual os pecebistas haviam contribuído com sua política de “frente democrática”. Política que o partido, superado o regime ditatorial, manteve ao longo do que considerou um “período de transição”, e que, assim como não vinha dando frutos mais práticos ao PCB nos últimos anos de autoritarismo, menos ainda os deu nos tempos da “Nova República”. O autodenominado “artífice” da nova ordem (progressivamente desassociada de qualquer tipo de “transição forte”) decaía, enquanto o (ao menos na aparência) partido anti-sistêmico consolidava-se. O PT aparecia na nova fase democrática como o núcleo principal da oposição de esquerda, e o único em condições de apresentar uma alternativa progressista viável ao novo regime.

O período analisado aqui de forma sucinta pode ser considerado como o da “grande crise” pecebista. Ao longo daqueles anos, o partido foi perdendo progressivamente espaço nas esquerdas e nos movimentos sociais, enquanto ascendiam o PT e a CUT. Com a legalidade em 1985, os pecebistas foram obrigados a amargar ínfimos resultados eleitorais. Tiveram que conviver com crises internas que custaram esporádicas vitórias e com a crise que acometia o “mundo socialista” e o pensamento marxista em geral. A derrocada do chamado “socialismo real” (1989-1991) seria o golpe final para o partido que, devido às experiências acumuladas nos anos anteriores, optou majoritariamente pela transformação do PCB em uma nova agremiação, o Partido Popular

Socialista (PPS) – equilibrado entre referências a uma “nova esquerda” e a “herança” (devidamente selecionada) de um rico passado. Enquanto isso, um grande número de pecebistas decidiu seguir sua militância (ou reinventá-la) numa gama de outras organizações, enquanto alguns buscam até os dias de hoje “reconstruir o PCB”. No entanto, se o PCB encerrou suas atividades em janeiro de 1992, pode-se afirmar que os principais movimentos para a compreensão de sua crise final (à exceção da derrocada do “socialismo real”) podem ser encontrados no período entre 1979 e 1985. No momento em que as propostas pecebistas para a redemocratização em boa parte foram vitoriosas, o partido encontrou sua maior crise e praticamente se esgotou, acabando posteriormente por ser oficialmente extinto.

Para ajudar a compreender esse aparente paradoxo, pode-se lançar mão da seguinte chave explicativa: o Brasil estava completando naquele período sua modernização capitalista por meio de uma “revolução passiva”⁷ – e a ditadura (de caráter “modernizador autoritário”) constituiu-se como um passo fundamental nesse caminho. A sociedade brasileira passava com isso por profundas transformações, tornando-se assim mais complexa, com o desenvolvimento de uma pujante sociedade civil⁸. Nesse novo contexto, teriam mais chance de êxito organizações partidárias adaptadas à nova realidade: mais democráticas, desburocratizadas, plurais, que afastassem o caminho insurrecional de seu horizonte. Algo distante do modelo leninista de partido ainda reproduzido naquele momento pelo PCB.

O PCB – dividido ao longo de sua trajetória entre a reforma e a revolução, entre ser representante do operariado ou do povo brasileiro, valorizar a democracia e o caminho pacífico ou a ditadura do proletariado e a insurreição⁹ – não soube superar a “divisão de sua utopia” quando a nova configuração do país exigia uma opção mais clara pela “modernização” do partido. Assim, a persistência de concepções e práticas não adaptadas à nova realidade brasileira (não superadas graças à sua persistente dicotomia,

que se manifestou com violência em seus últimos momentos) é a principal causa da crise final do PCB. Nesse contexto, houve uma clara incompreensão da política democrática, fazendo com que se mantivesse uma concepção *tática* da democracia (segundo a qual ela apenas ofereceria *melhores condições* para a luta pelo socialismo), e não *estratégica* (compreensão da democracia como o *caminho* para o socialismo).

A isso se juntaram as dificuldades pecebistas em lidar com a transição negociada (à qual terminou atrelado em posição subalterna), uma transição “fraca”, com predominância dos interesses conservadores – o que não era, obviamente, a intenção do PCB. Com isso, o partido demorou muito a apoiar as *Diretas Já* (paralisado pelas suas disputas internas e defensor até o fim da proposta de Constituinte), apoiou corretamente a solução do Colégio Eleitoral e a Aliança Democrática, mas ficou subordinado àquele projeto sem maior independência, e depois disso também ao Governo Sarney. Já o PT e a CUT, assumindo posição radicalmente oposta à forma como se deu a transição e à “Nova República”, se viabilizaram enquanto forças hegemônicas, respectivamente, nas esquerdas e no movimento sindical progressista. Por fim, um outro fator importante (mas que teve seus momentos decisivos no período posterior ao analisado nesse trabalho) foi a crise e derrocada do mundo socialista, o que terminou por reforçar e legitimar tendências e posições já presentes no PCB, numa espécie de retirada da “camisa-de-força” internacional que o partido até então “simbolicamente” vestia. Isso seria importante especialmente nos últimos momentos de sua trajetória, quando serviu de justificativa e inspiração para atos mais determinados no sentido da extinção/superação do PCB.

Para concluir o trabalho, uma última observação deve ser feita. Sejam quais forem as críticas que possam ser formuladas à atuação do PCB durante os anos finais da ditadura (e certamente são muitas), não restam dúvidas de que, malgrado o caráter “fraco” assumido pela transição em seus momentos decisivos, a política democrática de amplas alianças para a superação da ditadura militar-tecnocrática rendeu frutos que até

hoje muitos analistas insistem em negar. E igualmente não pode haver dúvidas acerca da importância do PCB enquanto agente divulgador e (num dado momento) importante catalisador dessa política. Esta deve ter sido a última grande contribuição do PCB à sociedade brasileira.

¹ Fabricio Pereira é mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ.

² Intitulada *Utopia Dividida – crise e extinção do PCB (1979-1992)*, e defendida no PPGHIS da UFRJ em março de 2005.

³ Título de importante artigo publicado por Carlos Nelson Coutinho em 1979.

⁴ A respeito desse tema, cf. SANTANA, Marco Aurélio, *Homens Partidos*, São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Unirio, 2001.

⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992, pág. 52.

⁶ *Ibid.*, pág. 53.

⁷ O filósofo marxista italiano Antonio Gramsci lançou mão do conceito de “revolução passiva” para explicar a possibilidade de uma sociedade passar a um novo estágio de organização sem uma revolução aberta. Tal fenômeno se daria de uma maneira processual e em certos aspectos incompleta, a partir de um grande equilíbrio no processo de luta de classes.

⁸ Nos dizeres de Gramsci, uma sociedade “ocidentalizada”. Gramsci analisa as diferenças estruturais existentes entre “as formações sociais do ‘Oriente’ (...) caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; e (...) as formações sociais do ‘Ocidente’, onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, onde se realizou concretamente a ‘ampliação’ do Estado. (...) Nas “formações ‘orientais’, a predominância do Estado-coerção imporia à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma ‘guerra de movimento’ ou ‘de manobra’, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no ‘Ocidente’, ao contrário, as batalhas deveriam ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (‘guerra de posição’), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação” (COUTINHO, Carlos Nelson, *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, pág. 147).

⁹ A respeito dessa dicotomia, cf. BRANDÃO, Gildo Marçal, *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista*, São Paulo: Hucitec, 1997.